

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

RURAL
SUSTENTÁVEL
E SOLIDÁRIO



Presidenta da República

Dilma Rousseff

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Miguel Rossetto

Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Laudemir Müller

Secretário da Agricultura Familiar

Valter Bianchini

Secretária de Desenvolvimento Territorial

Andréa Lorena Butto Zarzar

Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal

Sérgio Roberto Lopes

Secretário de Reordenamento Agrário

Adhemar Lopes de Almeida

Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Carlos Guedes de Guedes

Grupo de Trabalho para Elaboração do PNDRSS (GTPlan):

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

Confederação Nacional dos Municípios (CNM)

Articulação do Semiárido (ASA)

Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)

Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil)

Rede Nacional de Colegiados Territoriais (RNTC)

União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia

Solidária (Unicafes)

Agradecimentos:

Analine Specht

Antônio Lacerda Souto

Guilherme Brady

Ivanilson Guimarães

Julia Hora

Rafael Cedro

Roberto Nascimento

Simone Gueresi

Taua Pires

Karla Hora

Marcelo Fragozo

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf)

Presidente: Miguel Rossetto

Secretário: João Guilherme Vogado Abrahão

Poder Público

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ministério da Fazenda

Ministério da Integração Nacional

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ministério do Meio Ambiente

Ministério do Trabalho e Emprego

Ministério da Educação

Ministério da Saúde

Ministério das Cidades

Ministério da Pesca e Aquicultura

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Secretaria Especial de Políticas para

as Mulheres da Presidência da República

Secretaria Especial de Políticas de Promoção

da Igualdade Racial da Presidência da República

Associação Brasileira das Entidades Estaduais

de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER)

Associação Nacional dos Órgãos de Terra (Anoter)

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)

Confederação Nacional dos Municípios (CNM)

Sociedade Civil

Articulação do Semiárido (ASA)

Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)

Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (Assocene)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS)

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombolas (CONAQ)

Departamento de Estudos Sócio- Econômicos Rurais (DESER)

Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf-Brasil)

Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão

Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil (Faser)

Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)

Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE)

Movimento Nacional dos Pescadores (Monape)

Rede Cerrado

Rede de Centros Familiares de Formação

por Alternância (Rede CEFFAS)

União Nacional das Cooperativas de Agricultura

Familiar e Economia Solidária (Unicafes)

Secretaria do Condraf

Equipe Técnica:

Luciene Santos

Milena Araguaia

Paula Ramos

Vera Azevedo

APRESENTAÇÃO

A 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2ª CNDRSS), promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf), ao longo do ano de 2013, teve por objetivo geral a construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), ora apresentado.

A Plenária Final da Conferência Nacional aprovou, por unanimidade, cem propostas prioritárias como base para a elaboração do PNDRSS. A partir dos resultados da Conferência, estabeleceram-se os oito objetivos do Plano, resultantes dos eixos gerais e transversais com suas correspondentes estratégias – significando o “como fazer” para se chegar aos objetivos – e iniciativas – que são os passos necessários à concretização dos resultados.

Alinhadas ao ciclo formal de execução das políticas públicas, as iniciativas foram definidas como de **curto prazo** (para 2015, ano de encerramento do PPA 2012-2015), de **médio prazo** (as que envolvem maior complexidade operacional ou que demandam alterações normativas e institucionais) e de **longo prazo** (que demandam alterações normativas ou institucionais complexas e que precisam de etapas prévias para que possam ser concluídas).

A Conferência resultou em um processo amplamente participativo, quando mais de 40 mil pessoas asseguraram a representatividade, a diversidade e a pluralidade dos diversos segmentos que compõe o rural brasileiro.

O debate foi organizado de forma a articular os temas transversais com os temas gerais da 2ª CNDRSS, possibilitando que as proposições voltadas para mulheres, juventude e povos e comunidades tradicionais fossem construídas integradas com os temas gerais.

Para dar visibilidade às propostas relacionadas aos temas transversais - Autonomia das Mulheres Rurais; Autonomia e Emancipação da Juventude Rural; Promoção do Etnodesenvolvimento, o Plano Nacional é publicado para além de seu volume principal. Criam-se Encartes que evidenciam objetivos, estratégias e iniciativas para os

três temas transversais, visibilizando os públicos específicos, facilitando a leitura do documento e possibilitando a realização de debates específicos.

Além desses encartes, um quarto foi incorporado à publicação. Trata-se do esforço de rastreamento das cem propostas da Conferência, permitindo identificar a qual proposta se refere determinada estratégia ou iniciativa. Com esse instrumento, os participantes das conferências estaduais e distrital que debateram e priorizaram as proposições para a Conferência Nacional e aqueles e aquelas que estiveram presentes da Conferência Nacional poderão identificar o conteúdo debatido e aprovado como parte do PNDRSS.

AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE RURAL

Atualmente no Brasil, há um processo de mobilização social e política, a partir da temática da juventude, que se expressa em diversos espaços nacionais e estrangeiros: conselhos, encontros de jovens e movimentos sociais sindicais, rurais e urbanos. Entendem-se como jovens homens e mulheres com idade entre 15 e 29 anos, segundo o Estatuto da Juventude. O Brasil conta com cerca de 8 milhões de jovens vivendo em áreas rurais, cuja participação nos processos de trabalho e produção agrícola é significativa. Esse público enfrenta problemas estruturantes de reprodução social, decorrentes do fluxo de migração para as cidades relacionado aos atrativos urbanos e à perspectiva de melhoria de vida com acesso facilitado a bens e serviços.

Segundo o documento de referência da 2ª CNDRSS, no que tange à promoção da igualdade e afirmação das identidades rurais, a construção da autonomia e da emancipação da juventude é central na consolidação do Brasil Rural com Gente. O grande desafio é tornar o campo um lugar atrativo e agradável à juventude, capaz de promover a sucessão e a permanência rural. Para isso, é preciso transformar a concepção da relação campo-cidade, ofertando qualidade de vida digna, trabalho e renda nas áreas rurais.

Nesse sentido, significativos avanços ocorreram no último período. A consolidação do acesso à terra pela juventude rural, por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário, a inclusão da juventude como público prioritário no Programa Nacional de Reforma Agrária, a ampliação das políticas agrícolas para a juventude, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) direcionado aos jovens, o Pronaf Jovem, e as chamadas específicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para a juventude, Ater para a Juventude, são exemplos. No que se refere à qualificação e formação, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) consolidou-se como importante instrumento de qualificação técnica, e o Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (Pronea) foi ampliado, promovendo a inclusão da juventude da reforma agrária no ensino superior, e a partir de 2012 conta com a oferta de residência agrária para egressos dos cursos superiores e de profissionalização.



A JUVENTUDE NA 2ª CNDRSS

Para construirmos um plano nacional rural com gente, é necessária a inclusão dos jovens rurais como sujeitos políticos, econômicos e culturais, garantindo sua autonomia e emancipação para efetivação de seus direitos, construindo políticas públicas que assegurem sua sucessão e permanência no campo. Por entender essa necessidade, a 2ª CNRSS garantiu em todas as etapas - territoriais, temáticas, setoriais, livres, estaduais e nacional - uma cota de 20% de delegadas/os jovens. Essa cota possibilitou uma maior mobilização da juventude rural e contou com muita unidade na apresentação das propostas para discutir políticas públicas que vão ao encontro dos anseios por autonomia, geração de trabalho e renda, acesso à educação, cultura, esporte e lazer, entre outros.

Além do mecanismo de cotas para garantir a presença de jovens em todas as etapas da Conferência, aconteceram concomitantemente etapas preparatórias para uma maior intervenção qualificada da juventude, como a conferência livre Juventude e Identidade Camponesa, que reuniu representantes de grupos de jovens, lideranças sindicais, jovens camponeses e camponesas.

A Conferência Setorial de Juventude Rural, que ocorreu nos dias 26 e 27 de junho de 2013, em Gloria do Goitá, Pernambuco, possibilitou a construção e o alinhamento de diversas ações de visibilidade da juventude rural, que requer a adoção de medidas capazes de afirmar a concepção de ruralidade e de desenvolvimento rural sustentável com reconhecimento dos diferentes sujeitos sociais e a promoção da igualdade.

A Política de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário deve buscar o reconhecimento e o fortalecimento da identidade juvenil rural, considerando seu contexto, a valorização de sua história e a produção e a cultura do campo, com o objetivo de visibilizar sua juventude.

Com todo esse acúmulo político, a participação da Juventude Rural na 2ª CNDRSS demonstrou-se um sucesso, tanto do ponto de vista da participação como da defesa de suas bandeiras históricas. A juventude se mostrou em diversas cores, trajetos, culturas e identidades, apresentando toda sua diversidade por meio das

palavras de ordem e das propostas extremamente qualificadas. Cantou, gritou e sorriu, mostrando que em todos os espaços se fazem necessárias a participação e a contribuição daqueles e daquelas que constroem um campo mais solidário, justo, equitativo e sustentável.

A juventude consolida um importante marco na agenda da construção do PNDRSS, a partir das propostas que saíram da 2ª CNDRSS, apontando a qualificação das políticas para inserção dos jovens enquanto sujeitos de direitos no fortalecimento da Agricultura Familiar e da Agroecologia, na construção da Reforma Agrária e da Democratização do Acesso à Terra, da Abordagem Territorial e da Promoção da Qualidade de Vida e da Gestão e Participação Social.

MATRIZ DO PNDRSS

As propostas a seguir referem-se, exclusivamente, às sugestões do PNDRSS que dialogam diretamente com a demanda da juventude rural. Ao trazê-las neste encarte, busca-se efetivar mais uma estratégia de visibilidade da juventude, assim como estabelecer um instrumento para monitoramento e efetivação dessas propostas.





<p>OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.</p>		
<p>ESTRATÉGIA</p>		
<p>1.1. Universalizar o acesso à DAP (familiar e jurídica), ampliando critérios, garantindo agilidade na emissão, reconhecendo a diversidade e a multifuncionalidade da agricultura familiar, consolidando-a como instrumento de acesso a direitos e a políticas públicas.</p>		
INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
<p>1.1.2. Qualificar e revisar os critérios da DAP, garantindo que na emissão da DAP familiar haja identificação do registro para cada membro da família de forma individual.</p>	<p>Ampliar o acesso dos assentados/as da reforma agrária, das comunidades quilombolas, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais às políticas de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda, por meio da construção de uma proposta de ajuste e qualificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e da ampliação das entidades emissoras e capacitação dessas comunidades. [PPA 2012-2015]</p>	<p>MDA</p>
<p>1.1.3. Simplificar o processo de credenciamento de entidades, favorecendo a ampliação de entidades que possam ser credenciadas para a emissão da DAP, incluindo organizações não governamentais e outras instituições e/ou a representação de povos indígenas, de povos e comunidades tradicionais, de mulheres e de jovens.</p>	<p>Revisar os procedimentos para emissão do Cadastro/DAP, observado o regramento do MCR 10, publicando portaria de revisão. [Plano Estratégico MDA/ INCRA]</p>	<p>MDA</p>
<p>1.1.12. Desvincular a DAP jovem da DAP principal na Unidade de Produção Familiar (UPF), garantindo o acesso dos jovens aos programas habitacionais e ao crédito.</p>		

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.		
ESTRATÉGIA		
1.2. Desenvolver ações de apoio à inclusão produtiva e à estruturação de sistema sustentável, justo e equitativo de produção, tendo como referência a agroecologia como matriz tecnológica.		
INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.2.6. Ampliar o acesso à educação, formação e capacitação profissional e tecnológica, pesquisa e extensão direcionadas à agricultura familiar de base agroecológica.	Formar alunos/as de nível médio e superior visando à capacitação e formação profissional de trabalhadores/as rurais em agroecologia e produção orgânica. [PLANAPO]	INCRA
	Elaborar Programa Nacional de Formação Continuada de Formadores para o fortalecimento e criação de novos cursos de pós-graduação com enfoque Agroecológico. [PLANAPO]	MEC e MDA
	Implementar atividades de educação integral, vinculadas ao Macrocampo Agroecologia nas escolas do campo. [PLANAPO]	MEC
1.2.8. Promover ações de capacitação para as mulheres nos temas: acesso a crédito, assistência técnica, elaboração de projeto, artesanato, hortas comunitárias, criação de pequenos animais, produção de alimentos de base ecológica, beneficiamento e qualificação da produção.	Incluir módulos específicos sobre igualdade de gênero e de juventude e as linhas de financiamento para esses públicos, com foco na produção orgânica e de base agroecológica e nas capacitações dos técnicos ou funcionários dos agentes financeiros. [PLANAPO]	MDA
	Capacitar 150 operadores/as de crédito nas linhas de financiamento específicas para as mulheres e jovens, com foco na produção orgânica e de base agroecológica. [PLANAPO]	
1.2.9. Destinar recursos para a produção e capacitação de grupos de jovens em agroecologia, formando jovens rurais como multiplicadores/as na organização de cadeias produtivas agroecológicas.	Fortalecer a inclusão social e produtiva de 4,8 mil jovens rurais com formação agroecológica e cidadã. [PLANAPO]	MDA e SNJ
	Capacitar 150 operadores/as de crédito nas linhas de financiamento específicas para as mulheres e jovens, com foco na produção orgânica e de base agroecológica. [PLANAPO]	

<p>OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.</p>		
<p>ESTRATÉGIA</p>		
<p>1.2. Desenvolver ações de apoio à inclusão produtiva e à estruturação de sistema sustentável, justo e equitativo de produção, tendo como referência a agroecologia como matriz tecnológica.</p>		
INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
<p>1.2.9. Destinar recursos para a produção e capacitação de grupos de jovens em agroecologia, formando jovens rurais como multiplicadores/as na organização de cadeias produtivas agroecológicas.</p>	<p>Promover formação técnica em agroecologia ou com enfoque agroecológico para 3 mil jovens agricultores/as familiares de acordo com as demandas e realidades regionais, articulando, quando possível, com as Chamadas de ATER (800h) [PLANAPO]</p>	
	<p>Promover formação inicial e continuada em agroecologia ou com enfoque agroecológico para 10 mil jovens agricultores/as familiares, de acordo com as demandas e realidades regionais e articulada, quando possível, com as Chamadas de ATER (160h). [PLANAPO]</p>	<p>MEC e MDA</p>
	<p>Formar 100 jovens cientistas por ano para atuar com agroecologia, assegurando a paridade entre homens e mulheres, por meio de cursos e estágios. [PLANAPO]</p>	<p>EMBRAPA</p>
	<p>Participar da elaboração do Programa Nacional Interministerial para a Juventude, com foco na formação agroecológica e na inserção da juventude rural aos mercados. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	<p>MDA</p>
	<p>Promover formação técnica em manejo florestal madeireiro e de espécies da sociobiodiversidade com enfoque em sistemas de base agroecológica para 1,6 mil estudantes de ensino médio. [PLANAPO]</p>	<p>MMA</p>
	<p>Beneficiar 5 mil jovens no Programa de formação cidadã e agroecológica. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	<p>MDA</p>
<p>1.2.10. Inserir em projetos associativos e cooperativos a garantia de 20% (como percentual mínimo) de jovens contemplados nas atividades de produção das agroindústrias e comercialização, bem como nas atividades agrícolas e não agrícolas, priorizando a inovação tecnológica baseada na matriz agroecológica.</p>		

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.3. Universalizar os serviços de ATER de forma gratuita e continuada, tendo como referência a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.3.1. Ampliar oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para agricultura familiar e organizações econômicas.	Promover assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola para 6 mil pescadores/as artesanais e aqüicultores/as familiares, para a estruturação de sistemas produtivos sustentáveis, incluindo atividades para mulheres e jovens. [PLANO ESTRATÉGICO MDA/INCRA + PLANAPO]	MPA
1.3.4. Ampliar o acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para os jovens contemplados nas atividades de produção das agroindústrias e comercialização, bem como nas atividades agrícolas e não agrícolas, priorizando a inovação tecnológica baseada na matriz agroecológica.	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 50 mil jovens rurais. [PPA + PE MDA-INCRA]	MDA
	Promover Assistência Técnica e Extensão Rural agroecológica com base na inclusão e fortalecimento produtivo para 4,8 mil jovens rurais. [PLANAPO]	MDA
	Promover Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na perspectiva agroecológica para 5,46 mil jovens rurais, com foco na pedagogia da alternância, com enfoque territorial. [PLANAPO]	MDA
1.3.5. Garantir a participação da sociedade civil no processo de construção e gestão da ANATER, garantindo, no mínimo, 50% de mulheres e de 20% de jovens rurais nos espaços de gestão e controle social da ANATER.		

<p>OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.</p>		
<p>ESTRATÉGIA</p>		
<p>1.4. Aperfeiçoar, agilizar e desburocratizar o acesso e ampliar o crédito rural aos agricultores/as familiares e aos povos e comunidades tradicionais.</p>		
INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
<p>1.4.1. Ampliar crédito e adequar critérios e instrumentos do PRONAF à realidade de cada dos biomas brasileiros e dos públicos beneficiários.</p>	<p>Desenvolver normas e instrumentos de crédito específico para sistemas de produção orgânico e de base agroecológica, facilitando o acesso das mulheres e jovens. [PLANAPO]</p>	<p>MDA E MAPA</p>
	<p>Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo. [PPA 2012-2015]</p>	<p>MDA</p>
<p>1.4.2. Promover a melhoria do relacionamento e atendimento nas Agências Bancárias e a retomada dos departamentos técnicos com profissionais da área.</p>	<p>Incluir módulos específicos sobre igualdade de gênero e de juventude e as linhas de financiamento para esses públicos, com foco na produção orgânica e de base agroecológica, nas capacitações dos técnicos ou funcionários os agentes financeiros. [PLANAPO]</p>	<p>MDA</p>
	<p>Capacitar 150 operadores/as de crédito nas linhas de financiamento específicas para as mulheres e jovens, com foco na produção orgânica e de base agroecológica. [PLANAPO]</p>	<p>MDA</p>
<p>1.4.8. Desburocratizar e ampliar o acesso ao PRONAF Jovem a outras fontes de financiamento.</p>	<p>Ampliar para 150 mil o número de jovens rurais com acesso ao crédito. Metas: número de jovens com acesso ao crédito = 150 mil / número de jovens beneficiados pelo PRONAF jovem = 10 mil (meta em revisão no PE).[PLANO ESTRATÉGICO MDA/INCRA]</p>	<p>MDA</p>

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.4. Aperfeiçoar, agilizar e desburocratizar o acesso e ampliar o crédito rural aos agricultores/as familiares e aos povos e comunidades tradicionais.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
1.4.9. Garantir que, no mínimo, 30% do crédito disponibilizado sejam destinados às mulheres e à juventude rural.	Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo. [PPA 2012-2015]	MDA
1.4.11. Criar mecanismos para a individualização e análise de crédito para projetos de jovens.		
1.4.16. Garantir o acesso ao crédito do conjunto familiar, sem desmembramento da unidade de produção, com igualdade de tratamento aos jovens, às mulheres, aos idosos e idosas.		

<p>OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.</p>		
<p>ESTRATÉGIA</p>		
<p>1.5. Desenvolver estratégias de implementação das políticas públicas apropriadas para a convivência com os biomas brasileiros.</p>		
INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
<p>1.5.1. Instituir uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido Brasileiro, com instrumentos e estratégias específicos, que contemple a universalização do acesso à água para consumo humano, em parceria com a sociedade civil, a ampliação do acesso à água para produção calçada no armazenamento em bases agroecológicas e a valorização do trabalho das mulheres e o protagonismo da juventude rural.</p>	<p>Universalizar o acesso à água para consumo humano, atendendo a 730 mil famílias da zona rural do semiárido brasileiro, inscritas no CadÚnico, sem acesso à rede pública de abastecimento, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água. [PPA 2012-2015]</p>	MDS
	<p>Implantar 176 mil tecnologias sociais de acesso à água para a produção, visando a beneficiar famílias rurais, individual ou coletivamente, no plantio e criação de animais, preferencialmente de forma associada às ações de fomento, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. [PPA 2012-2015]</p>	MDS
	<p>Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1 milhão de famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais. [PPA 2012-2015]</p>	MDA
	<p>Elaborar e implantar Plano Safra Semiárido 2014-2015. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	MDA
	<p>No âmbito da convivência com o semiárido: Estruturar reservas estratégicas de alimentação animal em Unidades Familiares. Meta: Nº UFP com reservas estratégicas implantadas = 30 mil. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	MDA
	<p>Apoiar 55 projetos de infraestrutura de convivência com o semiárido nos Territórios. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	MDA

OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

1.5. Desenvolver estratégias de implementação das políticas públicas apropriadas para a convivência com os biomas brasileiros.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
<p>1.5.1. Instituir uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido Brasileiro, com instrumentos e estratégias específicos, que contemple a universalização do acesso à água para consumo humano, em parceria com a sociedade civil, a ampliação do acesso à água para produção calcada no armazenamento em bases agroecológicas e a valorização do trabalho das mulheres e o protagonismo da juventude rural.</p>	<p>Promover revisão de normativas referentes a instrumentos para a sustentação de preços de cadeias estratégicas do semiárido. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	<p>MDA</p>
	<p>Ampliar em 1,2 milhão o número de atendimentos do Garantia Safra no semiárido e região da SUDENE, sendo 50% com mulheres rurais titulares. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	<p>MDA</p>
	<p>Ampliar o acesso ao crédito no semiárido, em especial para as famílias no CadÚnico incluídas no garantia safra. Meta: N° de UFP atendidas = 900 mil sendo 30% no Garantia safra. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	<p>MDA</p>
	<p>Implantar 60 mil unidades de tecnologias sociais de acesso à água para produção de alimentos (segunda água) em unidades de produção de base agroecológica. [PLANAPO]</p>	<p>MDS</p>
	<p>Estruturação produtiva de bancos comunitários de sementes no semiárido. Meta de 400 bancos apoiados. [PLANAPO]</p>	<p>BNDES</p>
	<p>Dotar os municípios do semiárido e região da SUDENE com um conjunto de máquinas e de equipamentos para obras viárias e hídricas do PAC2. Metas: N° de máquinas e equipamentos entregues = 7,2 mil e N° de municípios atendidos = 1,44 mil. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	<p>MDA</p>
	<p>Estimular a produção, multiplicação e distribuição de mudas e sementes. Meta: N° de UF com projetos apoiados no semiárido = 9. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	<p>MDA</p>

<p>OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.</p>		
<p>ESTRATÉGIA</p>		
<p>1.8. Desenvolver, ampliar e efetivar ações de apoio ao cooperativismo e demais empreendimentos da economia solidária, assegurando sua implementação como estratégia de promoção do desenvolvimento sustentável para o campo e para a cidade.</p>		
INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
<p>1.8.1. Apoiar a organização da produção e a qualificação e a gestão das organizações econômicas.</p>	<p>Qualificar a gestão de 150 Organizações Econômicas Familiares (OEF) de agricultores/as agroecológicos e/ou orgânicos, ampliando o acesso dos produtos orgânicos e agroecológicos aos mercados institucionais, convencionais e diferenciados, incluindo empreendimentos de jovens e mulheres. [PLANAPO]</p>	<p>MDA</p>
<p>1.8.7. Priorizar nas ações de atendimentos às associações e cooperativos que atendam o mínimo de 20% de jovens.</p>	<p>Implantar 40 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda. [PPA 2012-2015]</p>	<p>MAPA</p>

<p>OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.</p>		
<p>ESTRATÉGIA</p>		
<p>1.10. Promover a produção e divulgação de conhecimento sobre agricultura familiar e agroecologia nas instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão.</p>		
<p>INICIATIVAS</p>	<p>METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015</p>	<p>RESPONSÁVEL</p>
<p>1.10.1. Ampliar e disponibilizar financiamento público para pesquisa e extensão, direcionadas à agricultura familiar e de base agroecológica e aos povos e comunidades tradicionais, realizadas por instituições públicas e organizações da sociedade civil, com ênfase nos produtos da sociobiodiversidade local.</p>	<p>Fomentar, produzir e difundir o conhecimento técnico e científico sobre desenvolvimento rural, agricultura familiar, reforma agrária e sobre os programas e políticas do MDA/INCRA. Realizar e divulgar 4 estudos sobre o potencial de desenvolvimento socioeconômico dos diversos segmentos da agricultura familiar; estudo sobre a interface entre biossegurança, biodiversidade, mudanças climáticas e agricultura familiar, nos âmbitos nacional e internacional; 2 estudos sobre políticas públicas de desenvolvimento rural de outros países; 3 estudos sobre a situação da Reforma Agrária, Regularização Fundiária e Crédito Fundiário no Brasil; difundir o conhecimento produzido acerca da temática rural na Arca das Letras; instalar o Núcleo de Estudos Fundiários e realizar e divulgar 1 estudo estimulando a sustentabilidade dos arranjos produtivos; realizar estudo qualitativo sobre a implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para as mulheres rurais; realizar estudo para qualificar o acesso das mulheres rurais às políticas públicas de Financiamento (Crédito e Apoio Mulher); realizar estudo sobre indocumentação das mulheres rurais; realizar e divulgar estudos sobre avaliação, formulação e fortalecimento das políticas públicas de promoção da autonomia e emancipação da juventude rural. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	<p>MDA</p>

<p>OBJETIVO 1 – Assegurar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil Rural e o fortalecimento da agricultura familiar e a agroecologia, com ampliação da renda, da produção e da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.</p>		
<p>ESTRATÉGIA</p>		
<p>1.10. Promover a produção e divulgação de conhecimento sobre agricultura familiar e agroecologia nas instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão.</p>		
INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
<p>1.10.1. Ampliar e disponibilizar financiamento público para pesquisa e extensão, direcionadas à agricultura familiar e de base agroecológica e aos povos e comunidades tradicionais, realizadas por instituições públicas e organizações da sociedade civil, com ênfase nos produtos da sociobiodiversidade local.</p>	<p>Apoiar 33 projetos que incentivem a produção de conhecimento e tecnologias agroecológicas (inovação) e fortaleça a ação em Rede (Redes de ATER), no campo da agroecologia, levando em consideração as dimensões de gênero e juventude. [PLANAPO]</p>	<p>MDA</p>
<p>1.10.2. Promover a divulgação de conhecimentos produzidos sobre agricultura familiar e de base agroecológica.</p>	<p>Apoiar a sistematização e disponibilização de conhecimentos de ensino e inovações agroecológicas via plataforma “Agroecologia em Rede”, com destaque para experiências protagonizadas por jovens e mulheres. [PLANAPO]</p>	<p>MDA e MPA</p>
	<p>Divulgar estudos sobre informações sobre as políticas públicas para a juventude no MDA/INCRA. Meta: Material de divulgação elaborado e distribuído e a situação da Juventude nas políticas de Acesso à terra no Brasil, no âmbito da REAF. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	<p>MDA</p>



<p>OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.</p>		
<p>ESTRATÉGIA</p>		
<p>2.1 Elaborar e implementar o III Plano Nacional de Reforma Agrária (III PNRA).</p>		
INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
<p>2.1.2 Implementar o III PNRA.</p>	<p>Garantir que a implantação do III Plano Nacional de Reforma contemple, de forma coordenada, ações de garantia de acesso à terra e inclusão produtiva, com garantias de promoção de igualdade de gênero, direito dos povos e comunidades tradicionais, amplo acesso as políticas para a juventude do campo, garantindo assim a redução das desigualdades no campo.</p>	<p>MDA/INCRA</p>

OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

2.2. Promover amplo processo de reforma agrária como ação prioritária.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
<p>2.2.4. Promover a sucessão rural incentivando a permanência da juventude no campo, promovendo mudanças nas normativas de forma assegurar a participação dos/as jovens que vivem no campo ou na cidade nos programas de acesso a terra.</p>	<p>Atingir 5% de participação de jovens até 29 anos no total de novas famílias assentadas. [Plano Estratégico MDA/ INCRA]</p>	<p>INCRA</p>
<p>2.2.5. Atender, pelo menos, 20% de jovens assentados no Programa Nacional de Reforma Agrária.</p>		

OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

2.3. Promover a infraestrutura social, produtiva e ambiental necessária para o desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária e do Crédito Fundiário, contribuindo para uma vida digna no campo e garantindo a reprodução social e a soberania alimentar.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
2.3.7. Promover capacitação continuada de assentados/as por intermédio do PRONACAMPO, PRONATEC Campo e do PRONERA.	Atender 8.902 jovens e/ou adultos/as assentados/as da reforma agrária, em formação de nível médio e superior, no período de 2014-2015 [Plano de Metas INCRA]	INCRA
2.3.12. Implantar quadras de esporte, inclusão digital, TV, rádios comunitários rurais, pontos de cultura em atendimento aos assentamentos da reforma agrária e do Crédito Fundiário.		
2.3.13. Assegurar que 20% de jovens sejam atendidos pela ATER, prestada prioritariamente por filhos/as de assentados, com formação técnica e em número suficiente para atender à demanda.		
2.3.14. Ampliar, aperfeiçoar e desburocratizar o acesso aos recursos do Crédito do Programa Nacional de Reforma Agrária para a juventude rural.		

OBJETIVO 2 – Promover a reforma agrária, a democratização do acesso à terra e aos recursos naturais, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

2.5. Ampliar e fortalecer o de Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
2.5.1. Ampliar, aperfeiçoar e desburocratizar o acesso aos recursos do Nossa Primeira Terra (NPT) para a juventude rural: com cota de 30% para as jovens mulheres, acesso independentemente de formação profissional, orientação de acesso e 0% de juros com rebate igual para todas as regiões.	Beneficiar 80 mil famílias com crédito fundiário. [PPA 2012-2015]	MDA
	Atender 5,322 mil famílias com o crédito fundiário em 2014 [Plano Estratégico MDA/INCRA]	
2.5.13. Garantir a sucessão familiar (como possibilidade de venda entre familiares), com prioridade para os/as filhos/as da agricultura familiar, com 80% de recursos não reembolsáveis.		
2.5.15. Priorizar jovens e mulheres no acesso à terra no PNCF.		
2.5.16. Garantir a construção, ampliação e reforma das moradias nos assentamentos do PNCF.		
2.5.18. Assegurar orientação de acesso ao crédito do PNCF e minha primeira terra para os jovens.		





OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.2. Ampliar e fortalecer as institucionalidades do desenvolvimento territorial.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
<p>3.2.9. Garantir a participação da juventude nos Colegiados Territoriais e Redes de Colegiados Estaduais e Nacional, criando e institucionalizando uma Rede Nacional de Câmaras e Conselhos Temáticos de Juventude.</p>	<p>Ampliar a participação dos/as jovens rurais nos espaços de formulação, monitoramento, controle e integração das políticas públicas, assim como seu acesso a elas. Meta: % mínimo de Jovens nos Colegiados Territoriais = 20% e % mínimo de jovens como delegados na 2ª CNDRSS = 20%. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	<p>MDA</p>
	<p>Criar e fortalecer os comitês e câmaras temáticas dos colegiados territoriais, contemplando os diversos públicos e áreas. Meta (revisitada SDT): N° de comitês e câmaras temáticas em funcionamento já existentes. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	
	<p>Realizar Encontros dos Comitês Territoriais de Juventude Rural. [SDT 2014]</p>	

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.3. Promover o planejamento e a gestão territorial de políticas públicas, considerando os instrumentos de planejamento existentes, (PTDRSs, PPAs) que visem à melhoria dos serviços de saúde, educação, assistência social, saneamento básico, cultura, esporte, lazer, turismo rural, segurança pública e infraestrutura de apoio ao desenvolvimento de ações econômicas, sociais e ambientais.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
<p>3.3.6. Ampliar para R\$ 1,5 milhão por território em 2014 o valor para a implantação de projetos de infraestrutura territorial, na seguinte proporção: 40% dos recursos para projetos com políticas afirmativas voltadas às mulheres, 20% para a juventude e 20% para povos e comunidades tradicionais.</p>	<p>Apoiar 3.135 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais. [PPA 2012-2015]</p>	<p>MDA</p>
	<p>Apoiar até 239 projetos territoriais com valor de R\$ 425 mil por meio do PROINF. [SDT 2014]</p>	
	<p>Instituir metas específicas para grupos produtivos de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais, nos projetos apoiados pelo PROINF. [SDT]</p>	
	<p>Apoiar 478 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais. [SDT 2014]</p>	
<p>3.3.9. Garantir a participação dos Colegiados Territoriais nos Comitês Estaduais do PRONATEC, garantindo o reconhecimento do seu papel no ciclo de gestão e controle social dos cursos técnicos ofertados.</p>	<p>Discutir o plano político pedagógico nacional do PRONATEC Campo no âmbito do Comitê Permanente de Juventude do CONDRAF, elaborando documento de recomendação a ser entregue ao MEC. Meta: Documento elaborado entregue ao MEC. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	<p>MDA</p>
	<p>Estimular os colegiados territoriais dos Territórios da Cidadania a realizar o acompanhamento do PRONATEC Campo, PRONERA e Arca das Letras. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.3. Promover o planejamento e a gestão territorial de políticas públicas, considerando os instrumentos de planejamento existentes, (PTDRSs, PPAs) que visem à melhoria dos serviços de saúde, educação, assistência social, saneamento básico, cultura, esporte, lazer, turismo rural, segurança pública e infraestrutura de apoio ao desenvolvimento de ações econômicas, sociais e ambientais.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.3.11. Ampliar o Projeto Territórios Digitais.	Articulação para a implantação de Casas Digitais Rurais. [PPA 2012-2015]	MDA
	Inserir as Casas Digitais integrantes do Projeto Territórios Digitais na estratégia de desenvolvimento territorial. Meta: N° de Casas Digitais e Telecentros .BR implantados e acompanhados = 188 (meta revisitada SDT). [Plano Estratégico MDA/INCRA]	

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.4. Promover a articulação, divulgação e integração das políticas públicas para promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário, executadas pelos diversos setores e esferas de governo, por meio de agendas comuns nos territórios.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
<p>3.4.2. Instituir ação interministerial que integre a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o MDA, para fortalecer a Organização Produtiva das Mulheres e Jovens do Campo, Floresta e das Águas, visando articular e desburocratizar o acesso às políticas relacionadas à terra, ao crédito, à formação profissional, à comercialização e geração de renda, com vistas a superar os dilemas sucessórios e romper com a invisibilidade do trabalho das mulheres e jovens.</p>	<p>Participar da elaboração do Programa Nacional Interministerial para a Juventude, com foco na formação agroecológica e na inserção da juventude rural aos mercados. Metas: Programa elaborado e 5 mil jovens atendidos até dez./2014. [Plano Estratégico MDA/INCRA]</p>	<p>MDA</p>

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.		
ESTRATÉGIA		
3.4. Promover a articulação, divulgação e integração das políticas públicas para promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário, executadas pelos diversos setores e esferas de governo, por meio de agendas comuns nos territórios.		
INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.4.4. Apoiar projetos comunitários, municipais e regionais de disponibilização e promoção do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) (rádios e TVs comunitárias, telefonia fixo e móvel, internet, etc.), por meio da construção, estruturação e ampliação de centros de informática, implantação e disponibilização de internet gratuita, considerando o potencial dos Centros de Ensino Tecnológico (CENTECs) e das Faculdades de Tecnologia (FATECs).	Inserir as Casas Digitais integrantes do Projeto Territórios Digitais na estratégia de desenvolvimento territorial. Meta: Nº de Casas Digitais e Telecentros .BR implantados e acompanhados = 191. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
	Implantar 187 telecentros para pescadores/as artesanais e aquicultores/as familiares em parceria com o Ministério das Comunicações. [PPA 2012-2015]	MPA
3.4.6. Destinar recursos para construção de centros comunitários nas comunidades rurais, com garantia de ações para jovens e idosos/as e inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência, em parceria com secretarias e ministérios das áreas de cultura, lazer e assistência social para promover a inclusão digital e tecnológica, a capacitação relacionada às atividades econômicas e produtivas e o resgate e valorização da cultura e práticas esportivas locais.	Implantar 150 unidades do programa Estação Juventude. [PPA 2012-2015]	SNJ/PR
	Articular os órgãos de governo para garantia do acesso às políticas de lazer e cultura para a juventude rural. Meta: Política articulada. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.5. Garantir a articulação e implantação da Política de Educação no meio rural, com destaque para a educação do campo, pública, gratuita e de qualidade, com recursos financeiros, físicos e humanos para seu funcionamento.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.5.1. Assegurar investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos para o fortalecimento das escolas rurais, e favorecer a manutenção do/a jovem recém-formado na comunidade de origem, para agir como socializador de tecnologia.	Atender todas as escolas públicas rurais com Internet Banda Larga. [PPA 2012-2015]	MC
	Instalar Telefone de Uso Público em todos os postos de saúde públicos e escolas públicas, ambos localizados em área rural. [PPA 2012-2015]	MC
	Promover a adesão de 78% dos municípios brasileiros ao Programa Saúde na Escola até 2015. [PPA 2012-2015]	MS
	Apoiar a construção de salas de aulas em, no mínimo, 200 comunidades quilombolas e garantir o provimento da infraestrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades. [PPA 2012-2015]	MEC
	Laboratórios de informática para as escolas do campo em 114 territórios da cidadania – TCs; computador interativo nas escolas em 120 TCs; programa laptop educacional para as escolas no campo em 114 TCs. [SDT Matriz PTC 2013]	MEC
3.5.2. Ampliar a proporção de recursos destinados à educação, assegurando que 10% do Produto Interno Bruto (PIB) sejam destinados à educação.	Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. [PPA 2012-2015]	MEC

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.		
ESTRATÉGIA		
3.5. Garantir a articulação e implantação da Política de Educação no meio rural, com destaque para a educação do campo, pública, gratuita e de qualidade, com recursos financeiros, físicos e humanos para seu funcionamento.		
INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.5.5. Possibilitar que os CEFFAs sejam ofertantes do PRONATEC Campo, mantendo sua autonomia de gestão e tendo como modelo a pedagogia da alternância e o currículo baseado nas dinâmicas e culturas locais com enfoque na agroecologia, economia solidária, extrativismo, pesca, cooperativismo e associativismo.	Discutir o plano político pedagógico nacional do PRONATEC Campo no âmbito do Comitê Permanente de Juventude do CONDRAF, elaborando documento de recomendação a ser entregue ao MEC. Meta: Documento elaborado entregue ao MEC. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA
3.5.6. Construir ginásios de esporte e quadras poliesportivas na zona rural, com oferta de cursos correspondentes.	Apoiar a cobertura de 5 mil quadras esportivas escolares. [PPA 2012-2015]	MEC
	Apoiar a construção de 7,116 mil quadras esportivas escolares. [PPA 2012-2015]	MEC
	Ampliar para creches e pré-escolas o Programa Saúde na Escola de 100% dos municípios que aderirem ao Programa. [PPA 2012-2015]	MS
	Articular os órgãos de governo para garantia do acesso às políticas de lazer e cultura para a juventude rural. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.5. Garantir a articulação e implantação da Política de Educação no meio rural, com destaque para a educação do campo, pública, gratuita e de qualidade, com recursos financeiros, físicos e humanos para seu funcionamento.

INICIATIVAS

3.5.13. Disponibilizar material teórico e material didático-pedagógico que contemplem a discussão de temas centrais, específicos para a realidade do campo, tais como convivência com o semiárido demais regiões e biomas, água, produção, terra, gênero, geração, raça e etnia, agroecologia, educação ambiental, economia popular solidária (associativismo e cooperativismo), juventude, violência, sexualidade, segurança alimentar e gestão pública, identidade sociocultural.

3.5.16. Assegurar a criação de projetos nas escolas do meio rural (assentamentos, comunidades tradicionais, entre outros) que estimulem a participação de jovens nos movimentos e organizações sociais.

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.		
ESTRATÉGIA		
3.10. Construir e fortalecer políticas públicas específicas para a juventude rural, especialmente a educação contextualizada e a geração de renda para a juventude.		
INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.10.1. Incentivar a implantação de conselhos e secretarias municipais para os/as jovens, no intuito de fortalecer, efetivar e desburocratizar as políticas públicas voltadas para a juventude rural.	Apoiar até 100 órgãos estaduais/municipais de juventude e seus respectivos conselhos, para criação e/ou estruturação desses órgãos. [PPA 2012-2015]	SNJ/PR
3.10.2. Destinar 20% dos recursos de investimentos em infraestrutura produtiva para a juventude.	Instituir metas específicas nos projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais apoiados pelo PROINF, definindo acréscimo de valores para projetos que contenham metas para grupos produtivos de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais. [SDT 2014]	MDA
3.10.3. Estabelecer parcerias entre universidades, poder público e empresas de ATER, para que jovens estudantes adquiram conhecimento teórico e prático e, em contrapartida, os produtores possuam mão de obra qualificada.	Discutir o plano político pedagógico nacional do PRONATEC Campo no âmbito do Comitê Permanente de Juventude do CONDRAF, elaborando documento de recomendação a ser entregue ao MEC. META: Documento com propostas da juventude rural entregue ao MEC. [Plano Estratégico MDA/INCRA]	MDA

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.10. Construir e fortalecer políticas públicas específicas para a juventude rural, especialmente a educação contextualizada e a geração de renda para a juventude.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.10.4. Assegurar a formação e o estágio remunerado para a juventude, bem como intercâmbios para alunos/as inseridos em escolas e da Rede CEFFA (nos moldes de iniciativas como o programa Bolsa Permanência do MEC, Bolsa Jovem Rural do Rio Grande do Sul e Formação de Agentes de Desenvolvimento no Paraná)	Promover ações voltadas à elevação da escolaridade integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação social e cidadã para jovens de 18 a 29 anos. [PPA 2012-2015]	MEC
	Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos/as na forma articulada à educação profissional, em consonância com o PNE 2011-2020. [PPA 2012-2015]	MEC
	Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional de jovens de 18 a 29 anos em situação de baixa renda, privilegiando as áreas da SUDAM, SUDENE, SUDECO e integrantes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional. [PPA 2012-2015]	MTE
	Apoiar e articular parcerias para ações de capacitação e inserção produtiva de 2 mil jovens moradores/as de áreas rurais, visando o desenvolvimento sustentável do campo. [PPA 2012-2015]	SNJ/PR
	Qualificação de 3 mil jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais. [PPA 2012-2015]	SNJ/PR

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.		
ESTRATÉGIA		
3.10. Construir e fortalecer políticas públicas específicas para a juventude rural, especialmente a educação contextualizada e a geração de renda para a juventude.		
INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
3.10.5. Criar mecanismos para geração de trabalho e renda para a juventude, por meio da sua inserção na execução dos projetos do PNHR, valorizando a capacidade de trabalho local e fortalecendo as estratégias de pluriatividades no meio rural.	Beneficiar 100% das famílias atendidas por programas habitacionais de natureza social com o desenvolvimento de trabalho social envolvendo mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de emprego e renda. [PPA 2012-2015]	MCid
3.10.6. Garantir a universalização da educação, como estratégia de permanência de crianças e jovens no campo.	Elevar a taxa de escolarização líquida no ensino médio, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. [PPA 2012-2015]	MEC
	Elevar a taxa de escolarização no ensino fundamental de 9 anos para a população na faixa etária entre 6 e 14 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. [PPA 2012-2015]	
	Elevar a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. [PPA 2012-2015]	
	Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. [PPA 2012-2015]	
	Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, da região de menor escolaridade do país ou incluída entre os 25% mais pobres, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020. [PPA 2012-2015]	
	Elevar gradualmente a escolaridade média da população de 18 a 29 anos. [PPA 2012-2015]	

OBJETIVO 3 – Adotar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria da qualidade de vida, por meio da integração de políticas públicas e articulação interfederativa, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

3.10. Construir e fortalecer políticas públicas específicas para a juventude rural, especialmente a educação contextualizada e a geração de renda para a juventude.

INICIATIVAS

3.10.7. Criar cota para que os jovens filhos/as de agricultores/as familiares tenham acesso ao ensino técnico, tecnológico e superior com o compromisso de que eles retornem para desenvolver atividade (remunerada) na comunidade por um período mínimo de 3 anos, com garantia de bolsa universitária.

3.10.8. Criar critérios e mecanismos que priorizem o acesso de jovens do campo ao PROCAMPO, de modo a assegurar a formação inicial e continuada de educadores(as) do campo, abrangendo a rede CEFFA.

3.10.9. Garantir qualificação profissional para a juventude, com capacidade para formar jovens para trabalhar com pessoas com deficiência, oportunizando lazer saudável, mobilidade e transporte acessível e seguro.

3.10.10. Realizar diagnóstico sobre a realidade do/a jovem, para propor políticas públicas de acordo com as demandas e realidades do território.





OBJETIVO 4 – Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

4.2. Fortalecer a gestão e a participação social por meio da formação continuada em políticas públicas e desenvolvimento rural sustentável e solidário.

INICIATIVAS

4.2.5. Promover a formação de agricultores/as familiares, assentados/as da reforma agrária, mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais, pescadores/as, representantes de movimentos sociais, de organizações sociais, de associações e cooperativas, visando ao entendimento sobre captação de recursos, elaboração, fiscalização, monitoramento e gerenciamento de projetos e prestação de contas.

4.2.6. Criar mecanismos que garantam a participação das mulheres rurais, jovens e de povos e comunidades tradicionais nos eventos de formação e intercâmbios de troca de experiências entre as comunidades e os diversos segmentos sociais.

OBJETIVO 4 – Promover a gestão e a participação social na implementação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.

ESTRATÉGIA

4.3. Fortalecer os espaços de gestão social com a participação de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais.

INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
4.3.2. Garantir a cota mínima de 20% de jovens nos espaços de gestão e participação social.	Ampliar a participação social, constituindo 3 grupos de trabalho temáticos com a participação da sociedade civil e fortalecendo o Conselho Nacional de Juventude. [PPA 2012-2015]	SNJ/PR

<p>OBJETIVO 5 – Consolidar e fortalecer, nos espaços internacionais, regionais e multilaterais, a agenda do desenvolvimento rural com ênfase na agricultura familiar e agroecológica, garantindo a autonomia das mulheres, a emancipação e a autonomia da juventude rural e a promoção do etnodesenvolvimento.</p>		
<p>ESTRATÉGIA</p>		
<p>5.1. Fortalecer o processo de integração regional latino-americana e caribenha na área de desenvolvimento rural.</p>		
INICIATIVAS	METAS DE CURTO PRAZO – ATÉ 2015	RESPONSÁVEL
<p>5.1.1 Avançar na integração de políticas públicas para a Agricultura Familiar e desenvolvimento rural no MERCOSUL.</p>	<p>Garantir o funcionamento contínuo da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar no MERCOSUL (REAF) e o fortalecimento da participação da sociedade civil nesse espaço assegurando a participação de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais.</p>	<p>MDA</p>
	<p>Universalizar os Registros Nacionais da Agricultura Familiar utilizando como base de diálogo as normativas adotadas no MERCOSUL, contemplando a identificação do trabalho e empreendimentos de mulheres, jovens e PCT.</p>	<p>MDA</p>

